



MENSAGEM AO PROJETO DE LEI Nº 02/2026.

Senhor Presidente,
Senhoras e Senhores Vereadores,

Submeto à elevada apreciação desta Casa Legislativa o presente Projeto de Lei que altera o art. 1º da Lei Municipal nº 3.164, de 21 de março de 2023, com a finalidade de atualizar o valor máximo da premiação destinada à Rainha e às Princesas eleitas da Festa de Emancipação Política do Município de Baixo Guandu/ES, elevando-o de R\$ 4.000,00 (quatro mil reais) para R\$ 12.000,00 (doze mil reais), preservando-se integralmente a essência do modelo já instituído pela legislação vigente e mantendo-se inalteradas as demais disposições relativas ao concurso cultural, às condições para recebimento, à necessidade de regulamento próprio e aos compromissos assumidos pelas eleitas.

A Festa de Emancipação Política constitui uma das mais significativas tradições cívico-culturais do Município, representando marco histórico e instrumento de valorização da identidade local, com forte capacidade de mobilização social e repercussão positiva na dinâmica comunitária, cultural e econômica, promovendo integração entre famílias, escolas, entidades, comunidades e visitantes, estimulando a produção cultural e fortalecendo a imagem pública do Município, além de favorecer a movimentação do comércio e dos serviços locais, razão pela qual é interesse público que se assegure o fortalecimento contínuo da sua organização e da sua projeção.

Nesse contexto, o concurso cultural e a eleição da Rainha e das Princesas não se reduzem a ato simbólico ou meramente festivo, pois as eleitas assumem, na prática, responsabilidades de representação, disponibilidade e participação em ações de divulgação institucional e atividades correlatas, inclusive porque a própria Lei nº 3.164/2023 condiciona o recebimento da premiação à autorização gratuita do uso de imagem, nome e





voz para publicidade e quaisquer fins relacionados à divulgação e à realização da festividade, bem como ao compromisso de manter disponibilidade de agenda para promover o evento, o que implica, concretamente, presença em solenidades e agendas oficiais, participação em ações de comunicação, envolvimento em atividades preparatórias e colaboração efetiva para ampliação do alcance social da festividade, exigindo conduta compatível com a representação do Município e dedicação que transcende o momento da eleição.

Assim, a majoração do valor máximo para R\$ 12.000,00 busca conferir proporcionalidade e adequação entre o incentivo concedido e a importância do evento, bem como reconhecer, de forma razoável, a contrapartida institucional assumida pelas eleitas, além de tornar o concurso mais atrativo, fortalecer a participação popular e ampliar o engajamento comunitário, sem criar distorções normativas ou alterar a sistemática já existente, permanecendo o rateio do valor entre Rainha e Princesas condicionado à forma e aos critérios que serão estabelecidos no regulamento do concurso cultural a ser publicado pelo Município, o que preserva a flexibilidade administrativa para disciplinar cada edição com transparência, objetividade e impessoalidade.

Registre-se, por fim, que a execução da despesa permanece vinculada às dotações próprias consignadas nas leis orçamentárias, conforme já previsto na legislação, de modo que a Administração Municipal continuará observando o planejamento, as disponibilidades financeiras e os limites legais aplicáveis, tratando-se de providência pontual e plenamente compatível com a organização anual do evento.

Diante do exposto, por atender ao interesse público, prestigiar a cultura local e fortalecer a principal celebração cívico-cultural do Município, contamos com o apoio dos Nobres Vereadores para aprovação do presente Projeto de Lei.

Gabinete do Prefeito Municipal de Baixo Guandu, Estado do Espírito Santo, aos vinte e nove dias do mês de janeiro do ano de dois mil e vinte e seis.





LASTÊNIO LUIZ CARDOSO

Prefeito Municipal

PROJETO DE LEI Nº ____/2026.

“ALTERA O ART. 1º DA LEI Nº 3.164, DE 21 DE MARÇO DE 2023, PARA MAJORAR O VALOR MÁXIMO DA PREMIAÇÃO DESTINADA À RAINHA E PRINCESAS ELEITAS DA FESTA DE EMANCIPAÇÃO POLÍTICA DO MUNICÍPIO DE BAIXO GUANDU/ES.”

O PREFEITO MUNICIPAL DE BAIXO GUANDU, ESTADO DO ESPÍRITO SANTO, no uso de suas atribuições legais conferidas pela Lei Orgânica Municipal, faz saber que a Câmara Municipal de Baixo Guandu – ES **APROVOU** e ele **SANCIONA** a seguinte Lei:

Art. 1º O art. 1º da Lei nº 3.164, de 21 de março de 2023, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 1º Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a conceder premiação, no valor de até R\$ 12.000,00 (doze mil reais), em razão da participação e eleição da Rainha e das Princesas da Festa de Emancipação Política de Baixo Guandu/ES.

Parágrafo único. O valor supracitado será rateado entre a Rainha e as Princesas eleitas, na forma e critérios estipulados no regulamento do concurso cultural a ser publicado pelo Município de Baixo Guandu.”

Art. 2º Ficam mantidas e ratificadas as demais disposições da Lei nº 3.164, de 21 de março de 2023, que não conflitem com a presente Lei.

Art. 3º As despesas com a execução desta Lei correrão por conta de dotações próprias consignadas nas leis orçamentárias.

Art. 4º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.





Gabinete do Prefeito Municipal de Baixo Guandu, Estado do Espírito Santo, aos vinte e nove dias do mês de janeiro do ano de dois mil e vinte e seis.

LASTÊNIO LUIZ CARDOSO

Prefeito Municipal





ESTIMATIVA DO IMPACTO ORÇAMENTÁRIO-FINANCEIRO (Lei Complementar nº 101 de 04 de maio de 2000)

ANEXO - I

DISPÕE SOBRE A ESTIMATIVA DO IMPACTO ORÇAMENTÁRIO - FINANCEIRO EM CUMPRIMENTO AO ESTABELECIDO NOS ARTIGOS 15, 16, 17 E 21 DA Lei Complementar nº 101/2000, REFERENTE AO EXERCÍCIO EM QUE SE INICIA A VIGÊNCIA DA ALTERAÇÃO DA LEI Nº 3.164/2023 QUE INSTITUI O “CONCURSO RAINHA MIRIM, RAINHA DO RODEIO, PRINCESA E GAROTA SIMPATIA” NO MUNICÍPIO DE BAIXO GUANDU.

CONSIDERANDO que os atos de criação ou aumento de despesa deverão estar sempre acompanhados da estimativa do impacto orçamentário-financeiro, na forma de que tratam os arts. 16 e 17 da Lei Complementar nº 101/00 (Lei de Responsabilidade Fiscal),

CONSIDERANDO que qualquer aumento de despesa requer adequação orçamentário-financeira com a lei orçamentária e com as metas de resultados fiscais previstas na lei de diretrizes orçamentárias,

CONSIDERANDO que poderá ser irregular, não autorizada e lesiva ao patrimônio público a geração de despesa que não atenda às condições da Lei de Responsabilidade Fiscal, acarretando maiores responsabilidades para o ordenador de despesas da unidade gestora,

CONSIDERANDO que a Secretaria Municipal de Políticas Para Mulheres e Cultura pretende alterar o valor da premiação de R\$ 4.000,00 Conforme Lei nº 3.164/2023 para R\$ 12.000,00 gerando um acréscimo de R\$ 8.000,00 a premiação concedida às candidatas que concorrerem ao **CONCURSO**



RAINHA MIRIM, RAINHA DO RODEIO, PRINCESA E GAROTA SIMPATIA que se destacarem nos resultados, declaramos que;

O presente relatório de impacto visa atender ao disposto na Lei Complementar nº 101/00, bem como mensurar o impacto que alteração da Lei nº 3.164/2023 que concede premiações em pecúnia para as 4 (quatro) candidatas que concorrerem ao **CONCURSO RAINHA MIRIM, RAINHA DO RODEIO, PRINCESA E GAROTA SIMPATIA**, conforme a seguir:

CATEGORIA RAINHA DO RODEIO	
COLOCAÇÃO	PREMIAÇÃO
1º LUGAR	R\$ 4.000,00(Quatro mil reais)
CATEGORIA RAINHA MIRIM	
COLOCAÇÃO	PREMIAÇÃO
1º LUGAR	R\$ 3.000,00(Cinco mil reais)
CATEGORIA PRINCESA	
COLOCAÇÃO	PREMIAÇÃO
1º LUGAR	R\$ 2.500,00(Dois mil e quinhentos reais)
CATEGORIA GAROTA SIMPATIA	
COLOCAÇÃO	PREMIAÇÃO
1º LUGAR	R\$ 2.500,00(Dois mil e quinhentos reais)
TOTAL GERAL	R\$ 12.000,00(Doze mil reais)

O Cálculo apresentado envolve tão somente a concessão de premiação a ser concedida as candidatas que concorrerem ao **CONCURSO RAINHA MIRIM, RAINHA DO RODEIO, PRINCESA E GAROTA SIMPATIA**.

Para o exercício de 2026 estimamos que a alteração da Lei que concede de 04(quatro) premiações em pecúnia às candidatas que concorrerem ao **CONCURSO RAINHA MIRIM, RAINHA DO RODEIO, PRINCESA E GAROTA SIMPATIA**, irá gerar uma gasto anual de R\$ 12.000,00 (doze mil reais) aproximadamente.

Ressaltamos que os cálculos por nós efetuados levaram em consideração ÚNICA E EXCLUSSIVAMENTE a alteração da Lei nº 3.164/2023 que concede de premiações em pecúnia às candidatas que concorrerem ao **CONCURSO RAINHA MIRIM, RAINHA DO RODEIO, PRINCESA E GAROTA SIMPATIA**.



Para o exercício de 2027, a alteração da Lei que concede 04(quatro) premiações em pecúnia às candidatas que concorrerem ao **CONCURSO RAINHA MIRIM, RAINHA DO RODEIO, PRINCESA E GAROTA SIMPATIA**, irá gerar uma gasto anual de R\$ 12.000,00 (doze mil reais) aproximadamente.

Para o exercício de 2028, a alteração da Lei que concede 04(quatro) premiações em pecúnia às candidatas que concorrerem ao **CONCURSO RAINHA MIRIM, RAINHA DO RODEIO, PRINCESA E GAROTA SIMPATIA**, irá gerar uma gasto anual de R\$ 12.000,00 (doze mil reais) aproximadamente, conforme demonstrado a seguir:

ESTIMATIVA DO IMPACTO ORÇAMENTÁRIO Concessão de Premiações a 04(quato) CandidatasClassificadas			
ANO	Dotação Existente	Gasto Previsto	Necessidade de dotação para realização da despesa
2026	10.000,00	12.000,00	2.000,00
2027	12.000,00	12.000,00	0,00
2028	12.000,00	12.000,00	0,00

Conforme demonstrado, para o exercício de 2026, o orçamento da Secretaria Municipal de Políticas Para Mulheres e Cultura não dispõe de saldo orçamentário na dotação específica para dar cobertura à presente despesa, necessitando para tanto, de promover a anulação de dotação orçamentária já programada na Lei Orçamentária Anual de 2026, para dar cobertura à despesa do projeto de Lei objeto de Estudo de Impacto Orçamentário-Financeiro. Para os demais exercícios de 2027 e 2028, os referidos valores serão devidamente inseridos em suas respectivas Leis Orçamentárias.

Salientamos ainda que em todas as projeções, os recursos financeiros a serem utilizados para quitação da nova despesa, advirão da própria Secretaria Municipal de Municipal de Políticas Para Mulheres e Cultura, pois vários dos recursos que compõem a Receita Corrente Líquida do Município, são vinculados, ou seja, possuem destinação específica, limitando ainda mais a capacidade de investimento do município.



Portanto, apesar da projeção para a alteração da Lei que concede 04(quatro) premiações em pecúnia para as candidatas CONCURSO RAINHA MIRIM, RAINHA DO RODEIO, PRINCESA E GAROTA SIMPATIA que se destacarem nos resultados possuir perfeita conformidade orçamentária e financeira para sua efetivação, utilizando as fontes de recursos mencionadas anteriormente, há de se considerar que a nova despesa irá elevar o custeio do município, sem porém, comprometer a capacidade financeira do município.

Finalmente quanto às metas fiscais e as metas constantes do plano plurianual, podemos afirmar que o projeto de lei para a alteração da Lei nº 3.164/2023 que concede 04(quatro) premiações em pecúnia para as candidatas ao **CONCURSO RAINHA MIRIM, RAINHA DO RODEIO, PRINCESA E GAROTA SIMPATIA** não prejudicará as metas de resultados fiscais estabelecidas na Lei de Diretrizes Orçamentária da Prefeitura de Baixo Guandu/ES, para o exercício de 2026, 2027 e 2028.

Diante de tudo o que foi exposto, a aprovação do presente projeto de Lei visa premiar as candidatas ao **CONCURSO RAINHA MIRIM, RAINHA DO RODEIO, PRINCESA E GAROTA SIMPATIA** que é promovido no âmbito das festividades oficiais no Município de Baixo Guandu.

BAIXO GUANDU-ES, 29 de Janeiro de 2026.

Fabricia de Souza Passos
Secretária Municipal de Planejamento
Portaria nº.327/2025



DECLARAÇÃO DE ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIO-FINANCEIRA

ANEXO - II

Na qualidade de Gestora da Secretaria Municipal de Educação de Baixo Guandu/ES, DECLARO para os devidos fins, especialmente os constantes da Lei Federal Complementar nº 101/2000, que a proposição de que a alteração da Lei nº 3.164/2023 que concede 04(quatro) Premiações em pecúnia às candidatas que concorrerem ao CONCURSO RAINHA MIRIM, RAINHA DO RODEIO, PRINCESA E GAROTA SIMPATIA, irá gerar uma gasto anual de R\$ 12.000,00 (doze mil reais), encontra-se em perfeita conformidade com o Plano Plurianual, Lei de Diretrizes Orçamentária, e não afetará as metas e resultados fiscais.

Com relação a previsão orçamentária, a Lei Orçamentária Anual de 2026 não contempla a totalizada despesa objeto de estudo de impacto orçamentário-financeiro em dotação específica, necessitando para tanto, de proceder a abertura de créditos adicionais suplementares para efetivação da despesa em questão devendo estar em exatidão consonância à Lei Federal Complementar nº 101/2000 e Lei nº 3.349/2025 Lei Orçamentária Anual 2026.

BAIXO GUANDU-ES, 29 de Janeiro de 2026.

WANDERLÉIA RODRIGUES DE ASSUNÇÃO
Secretária Municipal de Educação



Documento original assinado eletronicamente, conforme MP 2200-2/2001, art. 10, § 2º, por:

FABRICIA DE SOUZA PASSOS
SECRETARIO(A) MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO
GAB.SEMPLAN - SEMPLAN - PMBGUANDU
assinado em 30/01/2026 13:40:17 -03:00

WANDERLÉIA RODRIGUES DE ASSUNÇÃO
SECRETARIO(A) MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
GAB.SEMED - SEMED - PMBGUANDU
assinado em 30/01/2026 13:41:50 -03:00



INFORMAÇÕES DO DOCUMENTO

Documento capturado em 30/01/2026 13:41:50 (HORÁRIO DE BRASÍLIA - UTC-3)
por FABRICIA DE SOUZA PASSOS (SECRETARIO(A) MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO - GAB.SEMPLAN - SEMPLAN - PMBGUANDU)
Valor Legal: ORIGINAL | Natureza: DOCUMENTO NATO-DIGITAL

A disponibilidade do documento pode ser conferida pelo link: <https://e-docs.es.gov.br/d/2026-HBH260>



PROTOCOLO DE ASSINATURA(S)

O documento acima foi assinado eletronicamente e pode ser acessado no endereço <https://baixoguandu.camarasempapel.com.br/autenticidade> utilizando o identificador 310038003000320039003A005000

Assinado eletronicamente por **Lastênio Luiz Cardoso** em 31/01/2026 11:21

Checksum: **1AB7B1BC81B62454FA2920A71E6E442AA4CED2E6D28B0F746EC014C39E8861FB**

